

21 de dezembro de 2023

CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

2021

Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga hoje um conjunto de informação referente às Contas da Administração Local da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2021, com valores provisórios. Estes dados são publicados anualmente no "Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira", estando igualmente disponíveis no portal de internet do Instituto Nacional de Estatística (INE).

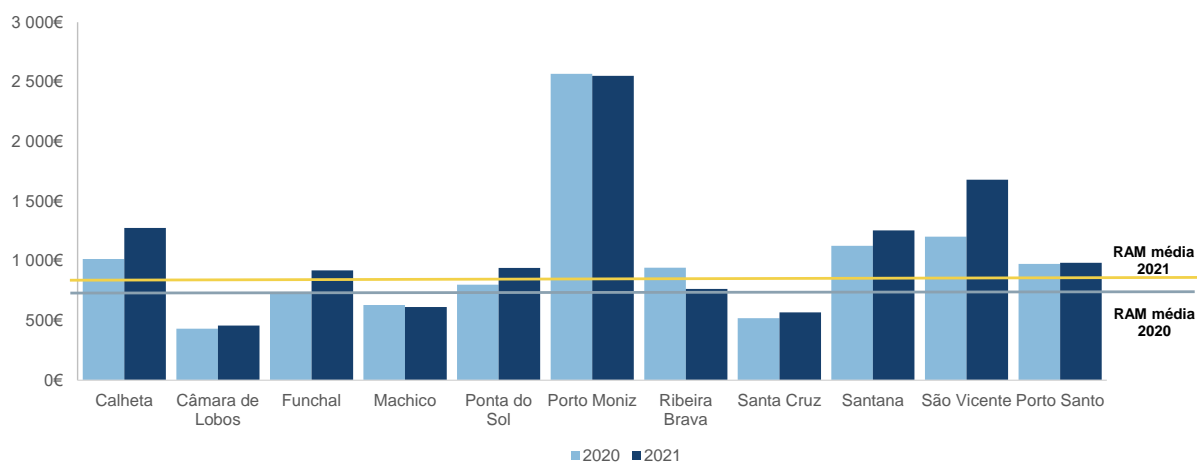
De referir que os apuramentos relativos às "Receitas" e "Despesas" das Câmaras Municipais têm subjacente uma base de caixa, daí que possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos. No mapa de controlo orçamental das câmaras municipais, não foram consideradas as rubricas relativas às operações extraorçamentais e ao saldo da gerência anterior. As rubricas "Ativos financeiros" e "Passivos financeiros" correspondem aos saldos entre receitas e despesas.

Principais rácios

No ano de 2021, a receita das operações não financeiras das Câmaras Municipais por habitante na Região foi de 827 euros (715 euros em 2020), atingindo o valor mais alto no município do Porto Moniz, mais concretamente de 2 550 euros (2 567 euros no ano anterior). No polo oposto encontra-se Câmara de Lobos, com receitas por habitante de 458 euros (431 euros no ano precedente). De realçar que o rácio da Região é o mais elevado desde o início da série (2011).



Fig. 1 – Receitas das Câmaras Municipais da Região, por Habitante, 2020 e 2021



A relação entre as receitas e despesas das operações não financeiras, que corresponde ao rácio em percentagem entre a primeira e a segunda variáveis, revela um valor de 93,4% em 2021 (-9,1 p.p. em comparação com 2020). No ano em análise, o Porto Moniz apresentava a relação entre as receitas e despesas mais elevada (117,2%), seguido do Porto Santo (101,5%) e São Vicente (100,1%). Em sentido oposto, Machico (83,5%), Ribeira Brava (86,1%) e Santa Cruz (86,9%) surgiam com os rácios mais baixos entre receitas e despesas.

Fig. 2 - Relação entre receitas e despesas das Câmaras Municipais da Região, 2021

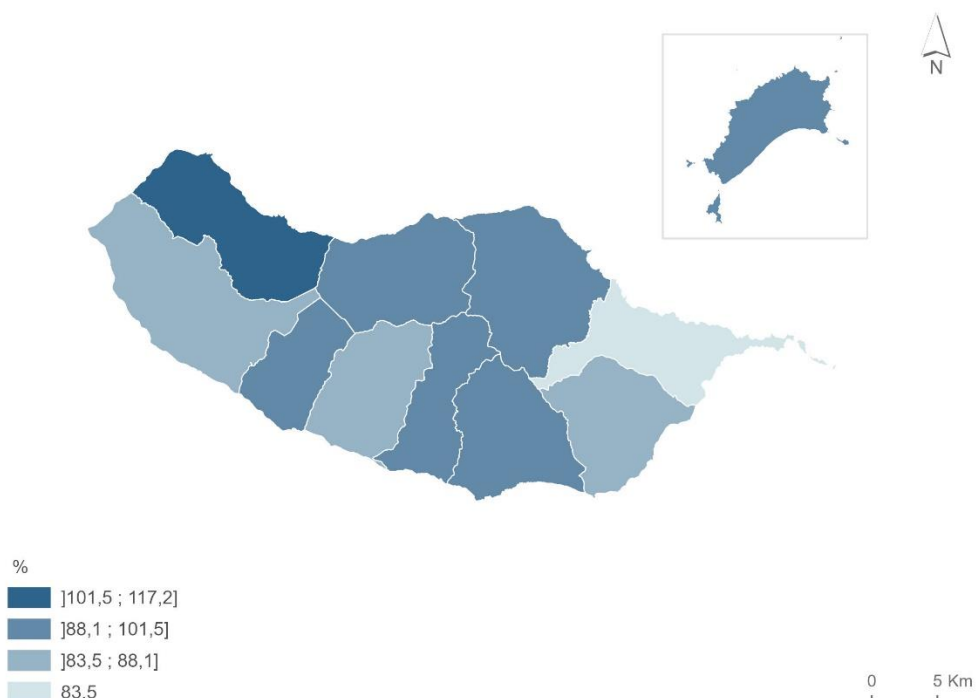
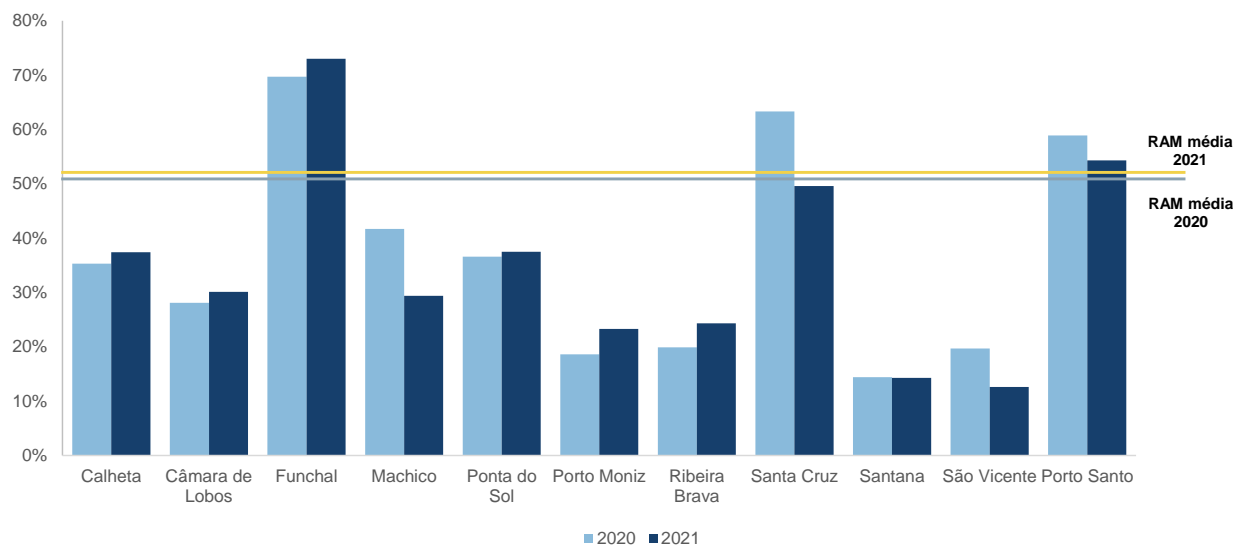
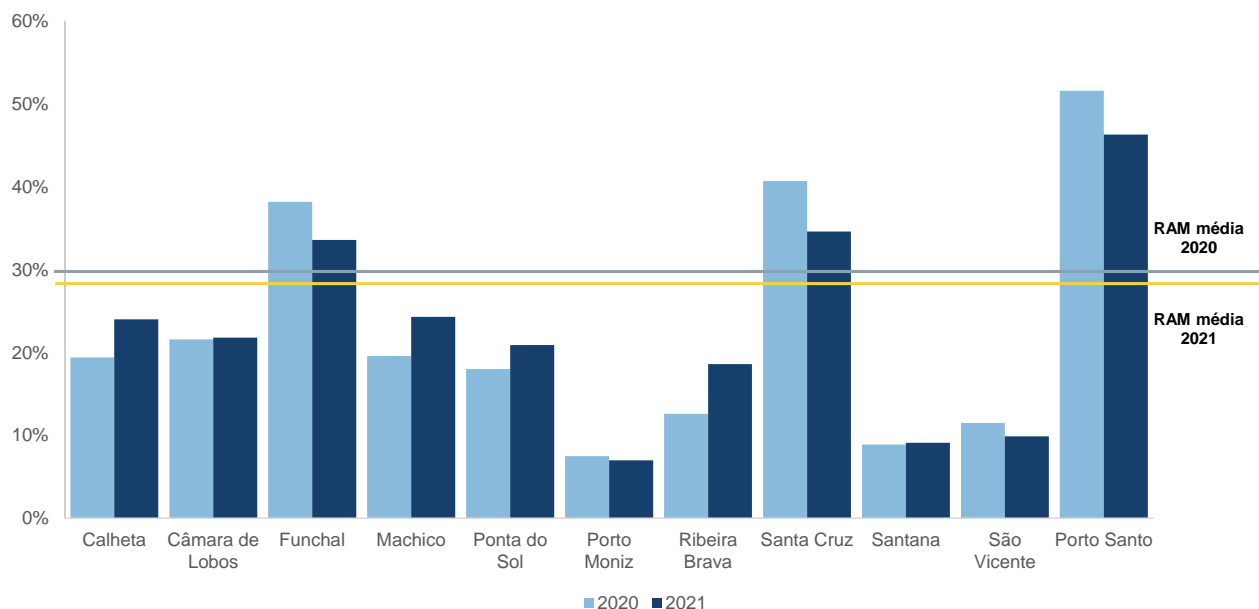


Fig. 3 – Receitas próprias no total da receita das Câmaras Municipais da Região, 2021



Por sua vez, a percentagem de receitas próprias no total de receitas relativamente ao ano transato, aumentaram, passando de 50,9% em 2020 para 51,7%, em 2021. As câmaras dos municípios de maior dimensão lideravam neste indicador. Com efeito, em 2021, o Funchal surgia com 73,0% de receitas próprias (69,7% em 2020), e Santa Cruz com 49,6% (63,3% no ano anterior). São Vicente e Santana aparecem na posição inversa, com uma percentagem de receitas próprias de 12,6% e 14,3%, respetivamente (19,7% e 14,4% no ano precedente).

Fig. 4 – Peso dos impostos no total de receitas das Câmaras Municipais da Região, 2020 e 2021

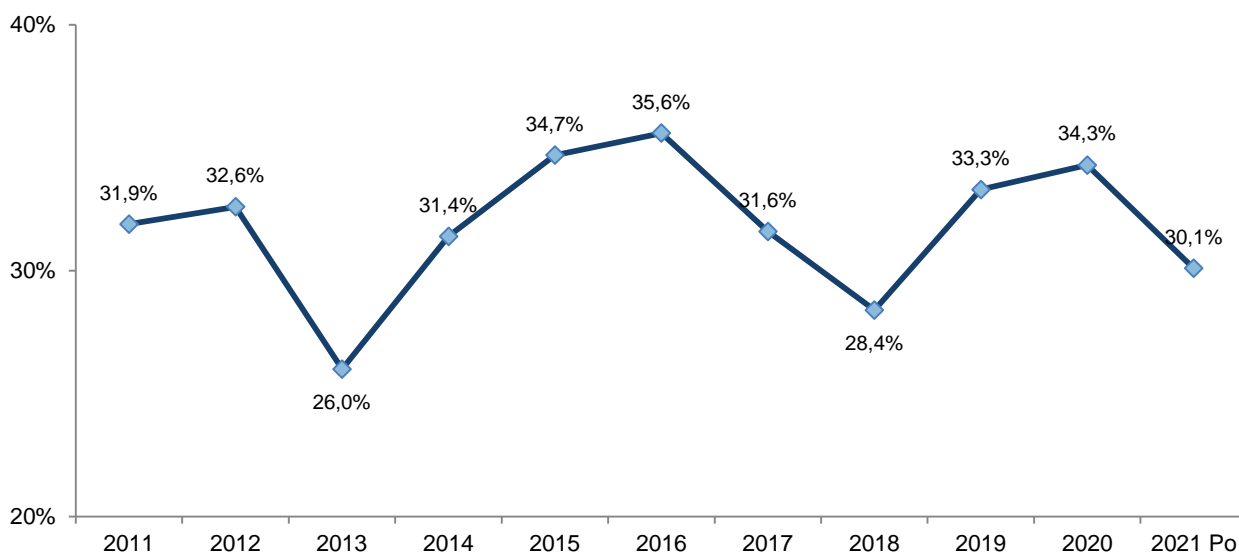


O peso dos impostos nas receitas das operações não financeiras diminuiu entre 2020 e 2021, de 29,7% para 28,1%, respetivamente. Para este indicador também são os municípios de maior dimensão que apresentam rácios mais altos, a par do Porto Santo. Assim, em Santa Cruz o peso foi de 34,6% (40,7% em 2020) e no Funchal de 33,6% (38,2% no ano anterior). Já o Porto Santo revela igualmente uma diminuição de 51,6% em 2020, para 46,3% em 2021. O Porto Moniz surge com o menor rácio (7,0% em 2021, 7,5% em 2020).

No domínio das receitas de capital, a participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital foi de 40,5% em 2021 (37,0% no ano anterior). O Funchal lidera este rácio com 64,2% (75,9% em 2020) seguido por Santa Cruz 63,6% (29,7% em 2020). Ao longo da série 2011-2021, este rácio apresenta um comportamento bastante irregular nos vários municípios da Região.

Outro indicador relevante é o das despesas com pessoal no total das despesas, que no ano em análise foi de 30,1% (34,3% em 2020). Em 2021, São Vicente apresentava o rácio inferior (15,5%) e Porto Santo, o superior (46,4%). As Câmaras Municipais de maior dimensão encontravam-se numa posição intermédia entre os 28,2% de Santa Cruz e os 35,2% do Funchal, com Câmara de Lobos a registar um peso das despesas com pessoal no total de despesas de 28,7%.

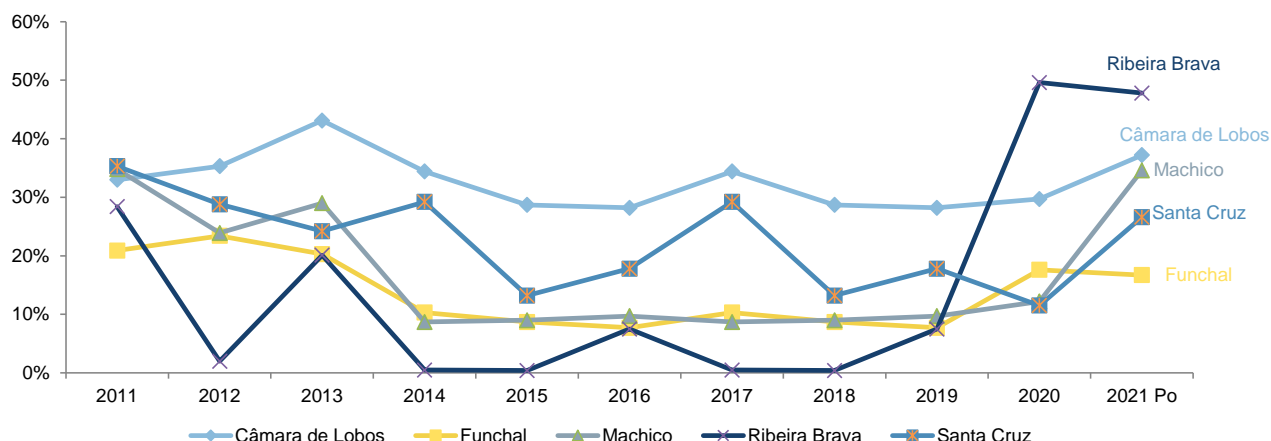
Fig. 5 – Despesas com pessoal no total de despesas, 2011 a 2021



A aquisição de bens de capital face ao total de despesas é também um indicador bastante volátil. Registou um valor de 25,0% em 2021 (21,9% no ano precedente). Neste ano, Ribeira Brava (47,8%), Santana (38,7%), Câmara de Lobos (37,2%), Calheta (35,1%), Machico (34,6%), Ponta do Sol (31,5%) e Santa Cruz (26,6%) destacaram-se dos demais, por apresentarem rácios superiores à média regional.



Fig. 6 – Evolução da aquisição de bens de capital no total da despesa das 5 principais Câmaras Municipais da Região, 2011 a 2021



Receita

As receitas totais das Câmaras Municipais da RAM, em 2021, ascenderam aos 207,6 milhões de euros, +10,9% que no ano anterior. Deste total, 90,0% eram receitas correntes e 10,0% de capital. Em 2021, as receitas de natureza corrente aumentaram 16,1% face a 2020, enquanto as de capital diminuiram 21,0%. Por município, o Funchal concentrava 47,5% das receitas correntes do conjunto das Câmaras, seguindo por Santa Cruz com 11,7%.

Uma parte substancial das receitas correntes é proveniente de um agregado de 4 impostos (IUC, IMT, IMI e IRS) e da derrama municipal (um imposto que incide sobre o IRC) que, no seu conjunto representaram em 2021, 31,3% do total das receitas correntes, sendo os mais relevantes o IMI e o IMT. Os fundos municipais (que se subdividem em três tipos: o Fundo de Base Municipal, o Fundo Geral Municipal e o Fundo de Coesão), superaram os impostos em termos de importância concentrando 37,2% do total de receitas correntes. As vendas de bens e serviços também foram importantes, sendo responsáveis por 15,1% daquele total.

Quanto às receitas de capital, no ano em análise, a maioria (52,6%) proveio das transferências de capital.



Despesa

No que concerne à despesa, o seu valor fixou-se nos 222,2 milhões de euros, 18,0% acima de 2020. As componentes de despesas correntes e de capital aumentaram face a 2020, em 18,5% e 33,6%, respetivamente. Em 2021, as despesas correntes representavam 70,5% do total da despesa, e as despesas de capital, 29,5%.

Em termos da composição das despesas correntes, as principais fatias são as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Em 2021, as despesas com pessoal ascenderam aos 69,5 milhões de euros (42,7% das despesas correntes), enquanto a aquisição de bens e serviços rondou os 66,7 milhões de euros (41,0% das despesas correntes). As despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços aumentaram face a 2020, em 7,7% e 29,1% respetivamente.

No que respeita às despesas de capital, no período em análise, o seu valor diz respeito fundamentalmente à aquisição de bens de capital (84,6% do total).

Fig. 7 – Evolução do peso da receita corrente e de capital no total das receitas e da despesa corrente e de capital no total da despesa, 2011 a 2021

